



Prefeituras têm até dia 27 para transparência on-line

Chega ao fim prazo de quatro anos para adequação à lei que obriga divulgação de dados financeiros pela internet

Municípios com menos de 50 mil habitantes precisam publicar em meio eletrônico dados sobre a execução orçamentária e financeira, sob pena de serem suspensas transferências de recursos. Muitas cidades, porém, nem sequer têm portais na internet.

Levantamento da ONG Contas Abertas revela que até cidades com mais de 50 mil habitantes — cujo prazo terminou há dois anos — têm dificuldade para seguir a lei: numa escala que vai de 0 a 10, a nota média dos 124 municípios de São Paulo nessa faixa de população foi de 3,97.

O cumprimento da obrigação pelos municípios pode ser facilitado por meio de parcerias com os estados para produção dos portais on-line. E a fiscalização pela população inibirá casos de corrupção, na opinião do senador João Capiberibe, autor da proposta que resultou na lei. **2**



Agência Brasil

Reportagem sobre Jânio Quadros valeu prêmio à Rádio Senado

Rádio Senado vence prêmio nacional de jornalismo

Uma reportagem sobre os 50 anos da renúncia do presidente Jânio Quadros deu à Rádio Senado um dos prêmios da 14ª edição do Prêmio Imprensa Embratel. Na categoria reportagem de rádio, havia outros 96 trabalhos inscritos. A cerimônia de premiação ocorrerá dia 14, no Rio de Janeiro. **2**

Renan Calheiros recebe medalha alusiva aos 70 anos da CLT

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou ontem de solenidade em homenagem à Consolidação das Leis do Trabalho. Ele recebeu medalha comemorativa e destacou recente conquista das domésticas. **3**

Jonas Pereira/Agência Senado



Renan recebe cumprimentos do presidente do TST, Carlos Alberto Reis de Paula, que defendeu a atualização da CLT

Leonardo F. Freitas



Reserva extrativista na Amazônia: em viagem oficial à Europa, parlamentares falarão sobre o Código Florestal

Na Europa, senadores explicam lei florestal

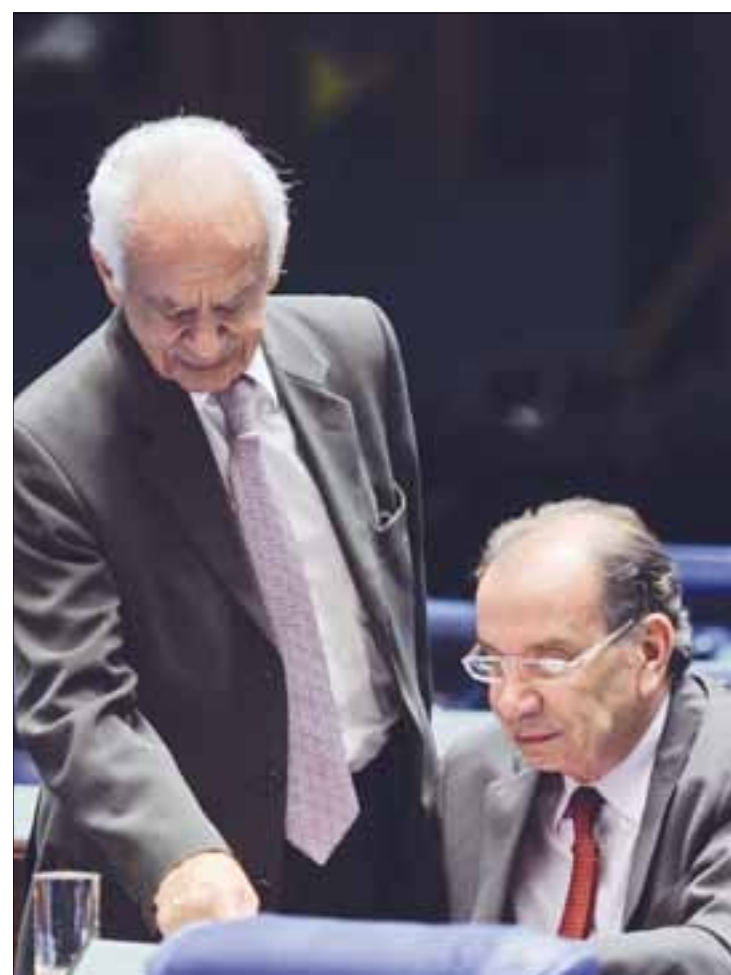
Nesta semana e na próxima, os senadores Luiz Henrique e Jorge Viana participarão de eventos em Paris, Bruxelas e Londres, onde explicarão a autoridades,

empresários e ambientalistas europeus o Código Florestal brasileiro. Eles tratarão, por exemplo, dos impactos da nova lei na Amazônia. **2**

Projeto prevê pós obrigatória para professor universitário

Autor da proposta que exige mestrado ou doutorado para docentes concursados de universidades

federais, Aloysio Nunes Ferreira quer urgência na discussão na Câmara, para onde segue o texto. **4**



Pedro Franço/Agência Senado

Pedro Simon dialoga com Aloysio, que busca a qualificação dos docentes

Texto da desaposentadoria será votado no Plenário **3**

Poder público pode ter de pagar terceirizados **3**

Prazo da Lei da Transparência para prefeituras chega ao fim

Até dia 27, municípios precisam publicar na internet informações orçamentárias e financeiras, concluindo processo de preparação que começou em 2009, quando a regra foi sancionada

ACABA DIA 27 o prazo para que municípios com menos de 50 mil habitantes atendam a Lei da Transparência. Aprovada há quatro anos pelo Congresso, a Lei Complementar 131/2009 prevê a publicação em meio eletrônico das informações sobre a execução orçamentária e financeira da União, estados, Distrito Federal e municípios. Muitos municípios, no entanto, nem sequer têm portais na internet.

Autor do texto que originou a lei, João Capiberibe (PSB-AP) considera o tempo suficiente para a adequação à exigência.

— A facilidade que a tecnologia criou para essa comunicação na rede mundial de computadores é enorme, então não tem como os prefeitos tentarem se justificar. Isso é descuido mesmo.

Para o senador, o cumprimento da lei é mais lento nos municípios, especialmente nos menores. O secretário-geral da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco, concorda.

— Embora os municípios tenham tido um prazo longo, desde 2009, muito provavelmente não se prepararam para essas mudanças — lamentou.

Um levantamento feito pela ONG no ano passado mostra que até cidades com mais de 50 mil habitantes, cujo prazo para adequação terminou há dois anos, têm dificuldade



Pedro França/Agência Senado

Capiberibe diz que a internet facilita o cumprimento da determinação legal

para cumprir a lei. Em uma escala que vai de 0 a 10, a nota média dos 124 municípios de São Paulo com mais de 50 mil habitantes foi de 3,97.

Mas Castello Branco aponta um exemplo positivo em São Paulo: a colaboração entre estado e municípios, com oferta de um portal pronto para o preenchimento dos dados e treinamento para servidores das prefeituras. Iniciativas semelhantes, segundo ele, também foram implantadas no Espírito Santo e no Amapá.

— Onde houver essa colaboração, tudo será mais fácil. Onde não houver, as prefeituras vão recorrer em cima da hora a empresas privadas que vão fazer isso a preços altíssimos — alertou.

Para senador, punição pelo descumprimento atinge a população

Capiberibe explica que, caso não cumpram a lei, as prefeituras podem ser punidas com suspensão das transferências voluntárias de recursos, como emendas parlamentares e o dinheiro de programas dos ministérios.

— A população é punida junto com a prefeitura — disse Capiberibe, ressaltando a necessidade de controle pela população.

Embora tenha dúvidas sobre a punição do Ministério da Fazenda aos municípios às vésperas de uma eleição, Castello Branco afirmou que é preciso denunciar a falta de transparência aos Ministérios Públicos. A consciência da população, segundo Capiberibe, pode evitar casos de corrupção, já que é mais difícil praticar irregularidades quando todos fiscalizam.

— Na medida em que as informações vão sendo disponibilizadas na web, há uma inibição do processo de corrupção. A lei é inibidora da corrupção — afirmou o senador.

Na Europa, Viana e Luiz Henrique apresentam novo Código Florestal

Os senadores Luiz Henrique (PMDB-SC) e Jorge Viana (PT-AC) estão na Europa, onde, em missão oficial, apresentarão o Código Florestal brasileiro a ambientalistas, empresários, diplomatas, jornalistas e autoridades políticas.

Hoje, em Paris, estarão no Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional e no Senado francês, onde se encontrarão com a senadora e secretária da Comissão de Relações Exteriores, Defesa e Forças Armadas, Leila Aichi.

Na terça-feira, em Bruxelas, participarão de um debate no Senado belga.

Na quinta-feira, em Londres, irão à Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Comuns, onde farão uma palestra.



Jorge Viana e Luiz Henrique, que falarão em Paris, Bruxelas e Londres

Na sexta-feira, ainda em Londres, participarão de um painel organizado pela organização ambiental WWF e de uma recepção na embaixada do Brasil aos bolsistas do Programa Ciência sem Fronteiras.

Luiz Henrique e Jorge Viana foram relatores dos textos que deram origem ao novo Código Florestal.

Especial sobre Jânio Quadros dá Prêmio Embratel à Rádio Senado

A Rádio Senado venceu a 14ª edição do Prêmio Imprensa Embratel. A reportagem “Os 50 anos da renúncia de Jânio Quadros” foi anunciada ontem como a melhor entre 97 inscritas na categoria em todo o país. No total, foram registradas 1.577 reportagens nas 12 categorias nacionais e 285 nas cinco categorias regionais.

Veiculada em agosto de

2011, a série teve como repórter Adriano Faria, produção de Jefferson Dalmoro, áudio de Josevaldo Souza e Carlos Xavier e edição de Ester Monteiro.

A cerimônia de premiação será em 14 de maio, no Rio de Janeiro, quando também será anunciado o vencedor do Grande Prêmio Barbosa Lima Sobrinho.

Simon defende diálogo entre os Poderes

Pedro Simon (PMDB-RS) disse que, apesar de ser “admirador de longa data” do jornalista Janio de Freitas, discorda do colunista da *Folha de S.Paulo*. Janio o acusou de

“negar o seu passado” ao prestar apoio ao ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), pela liminar que suspendeu a tramitação do projeto que estabelece



Pedro Simon/Agência Senado

regras limitadoras para a criação de novos partidos.

Segundo o colunista, a presença de Simon — que é de partido da base do governo — entre os que se opõem ao

PLC 14/2013 depõe contra a própria trajetória política do senador.

Simon afirmou que sempre “esteve ao lado da minoria”, e se declarou contrário ao aumento

no número de partidos, mas ressaltou que a matéria deveria ser debatida e analisada com calma. O senador considerou a proposta como “uso da máquina governamental” e acrescentou que o governo lança mão da política do “toma lá, dá cá” e do “troca-troca” para fazer valer os próprios interesses no Congresso.

Em apartes, Cristovam Buarque (PDT-DF) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) manifestaram apoio a Simon.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
 Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333
Editor-chefe: Silvío Burle
Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)

Renan recebe homenagem nos 70 anos da CLT

Presidente do TST, Carlos Alberto de Paula entregou ao presidente do Senado medalha alusiva ao aniversário da Consolidação das Leis do Trabalho. Renan destacou recente conquista das domésticas

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Carlos Alberto Reis de Paula, medalha alusiva aos 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Na solenidade, também foi lançado selo dos Correios que celebra a data.

— Além da sua importância histórica, ela [a CLT] vem demonstrando ao longo de todas essas décadas, com as constantes atualizações em seu texto, que continua sendo o principal baluarte da defesa dos direitos dos trabalhadores. A CLT é, portanto, o principal marco do Direito do Trabalho, o mais social dos direitos, pois se destina à promoção da justiça social — afirmou.

Renan lembrou ainda a recente conquista dos empregados domésticos com emenda à Constituição que garante direitos já assegurados aos demais trabalhadores.

— Muito me orgulho de ter recentemente participado

da eliminação da restrição dos direitos dos empregados domésticos. Ao todo, foram 16 novos benefícios assegurados. Entre esses, a obrigatoriedade do recolhimento ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, jornada semanal de 44 horas, horas extras, seguro-desemprego e intervalos de repouso intrajornadas. Com essa medida, que beneficia 7 milhões de pessoas, o Brasil assume que a igualdade é a regra. E a regra tem que começar dentro de casa — ressaltou.

Na saída do evento do TST, em rápida conversa com jornalistas, Renan disse que o diálogo do Congresso com o Judiciário vai continuar. Ele ressaltou o papel do Congresso e disse não acreditar que possíveis iniciativas legislativas sejam uma retaliação ao STF por conta do julgamento do mensalão.

— O Legislativo deve zelar por suas prerrogativas, como manda a Constituição federal.

(Com Secretaria de Imprensa da Presidência do Senado)



Renan, Carlos Alberto de Paula, ministro Gilberto Carvalho e ministra do STJ Nancy Andrighi na solenidade de ontem

Presidente do TST defende atualização

Para o presidente do TST, a Consolidação das Leis do Trabalho deve ser repensada em tópicos e atualizada para compilar a legislação posterior a ela e também para adaptá-la às mudanças surgidas pela evolução da sociedade.

— [A CLT] tem que se adaptar, tem que se ajustar, tem que ser modernizada, sim, em vários aspectos — disse

Carlos Alberto Reis de Paula. O ministro afirmou, no entanto, que a atualização deve ser feita sem afetar o “núcleo principiológico do Direito do Trabalho”, buscando dar efetividade aos direitos fundamentais garantidos pela Constituição.

— Deve-se reafirmar a proteção dos direitos do trabalhador e a busca da representatividade pelas en-

tidades sindicais — ressaltou.

Ainda de acordo com ele, é fundamental a presença do Estado no combate ao trabalho infantil, ao trabalho escravo e a toda espécie de exploração.

— A tutela estatal é imprescindível para a construção de uma sociedade ainda mais justa e fraterna — assinalou o presidente do TST.

(Com Agência Brasil)

Projeto da desaposentadoria será votado em Plenário

Mesmo já tendo sido aprovado em 10 de abril em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o projeto que autoriza a desaposentadoria (PLS 91/2010) será votado pelo Plenário do Senado devido à apresentação de recurso com esse objetivo, assinado por dez senadores.



Pedro Franco/Agência Senado

O projeto de Paulo Paim (PT-RS) permite a renúncia da aposentadoria para recálculo do benefício. Com isso, o aposentado que tiver voltado à ativa pode somar tempo de contribuição ao cálculo e conseguir um benefício maior. Alguns aposentados têm conseguido o recálculo na Justiça.

A possibilidade de desaposentadoria já é assegurada aos servidores públicos pelo Regime Jurídico Único (Lei 8.112/1990).

Com o projeto, Paim quer alterar a lei que trata dos Planos de Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/1991) para oferecer aos trabalhadores um “tratamento mais igualitário”.

A partir de segunda-feira, os senadores terão cinco dias para apresentar emendas ao texto.

Proposta garante adicional e aposentadoria especial a garis

Está pronta para ser votada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a proposta que concede adicional de insalubridade e aposentadoria especial aos trabalhadores que exercem atividades de coleta de lixo, seleção de material para reciclagem e varrição de ruas.

O texto é um substitutivo de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF, foto) aos projetos de Paulo Paim (PT-RS) e Vicentinho Alves (PR-TO) — PLSs 155/2010 e 577/2011.

Para ter a aposentadoria especial, o trabalhador deverá comprovar no INSS 25 anos de atividade permanente. Precisa comprovar ainda exposição a agentes químicos, físicos ou biológicos nocivos.

A proposta concede aos trabalhadores adicional de insalubridade no valor de 40% do salário básico. No substitutivo, Rollemberg opta pela aprovação do projeto de Paim, por ser o mais antigo, incorporando o conteúdo da proposta de Vicentinho. Apesar de nocivas à saúde, as atividades de coleta de lixo e selecionador de material reciclável não dão, pela legislação em vigor, direito à aposentadoria especial, uma vez que o INSS não as considera insalubres.



Pedro Franco/Agência Senado

Texto combate inadimplência de empresas terceirizadas

Está pronto para entrar na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o substitutivo ao PLS 254/2012, que transfere para a administração pública a atribuição de pagar a remuneração e os encargos trabalhistas dos contratos de terceirizadas.

O projeto original, de Blairo Maggi (PR-MT, foto), prevê que o contratado deve dar garantia no valor de um mês de obrigações trabalhistas, além de apresentar mensalmente comprovantes de quitação. Mas o relator, Roberto Requião (PMDB-PR), sugeriu a transferência da obrigação. Nesse caso, a administração pública faria cinco pagamentos para cada contrato de terceirização: um para a folha de remuneração; outro para a guia de recolhimento da Previdência Social; um para o pagamento do FGTS; outro para a constituição de uma conta garantia; e, por último, um correspondente ao lucro da contratada e aos custos não inseridos nos itens anteriores. Se for aprovado pela CAE, o substitutivo segue para votação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



Waldemir Barreto/Agência Senado

Aloysio aponta contradição do governo no controle da inflação

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que o governo “está perdido” e “emite sinais contraditórios” sobre o controle da inflação e melhorias na educação.

— O governo vai perdendo a capacidade de emitir sinais que orientem a sociedade e apontem um caminho a ser seguido — disse.

O senador afirmou que

o processo de erosão na confiança do governo tende a se agravar à medida que a presidente Dilma, “no afã de se reeleger, enverede por um caminho sem volta, que levará a uma crise muito mais grave”.

— O governo, perdido diante da situação, desonera setores



Pedro Franco/Agência Senado

da produção para, com isso, promover o aumento de investimento e promove o aumento de consumo, que é atendido basicamente pelo aumento das importações. Com isso, a balança comercial se deteriora, as contas externas apresentaram números extremamente

preocupantes e nem por isso cresce o investimento no país.

Aloysio apontou uma “mistificação” no apelo recente de Dilma pela aprovação de projeto que destina recursos do petróleo da camada pré-sal para a educação. Ele observou que a maior parte do petróleo da camada pré-sal vai obedecer a um novo regime jurídico (partilha) caso o governo consiga

fazer as futuras licitações.

Se Dilma quer favorecer a educação, disse Aloysio, deveria defender a aprovação do PLS 268/2008, em tramitação no Senado, que contém os pilares básicos do projeto defendido pelo governo, ao destinar recursos futuros da exploração do petróleo a um fundo para investimentos em educação básica e inovação.

Mestrado ou doutorado devem ser exigidos para profissionais concursados em universidades federais, segundo proposta do Senado que segue agora para votação na Câmara

Aloysio quer agilizar projeto sobre professores

AUTOR DE PROJETO que retoma a exigência de pós-graduação para professores concursados em instituições federais de ensino superior (PLS 123/2013), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) antecipou que vai trabalhar para que a proposta seja analisada em regime de urgência na Câmara. No Senado, o texto foi aprovado em votação final no dia 24 de abril pela Comissão de Educação e Cultura (CE).

— Não sei se haverá recurso para votação em Plenário, mas, indo a proposta para a Câmara, trabalharei pelo regime de urgência — afirmou o senador.

O projeto altera o artigo 8º do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal (Lei 12.772/2012) para exigir formação mínima em nível de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) como requisito do concurso público para ingresso na carreira de magistério superior das instituições federais de ensino.



Universidade de Brasília é uma das instituições federais de ensino superior que seriam alcançadas pela proposição

A justificativa é que a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB — Lei 9.394/1996) já previa a pós-graduação como requisito para magistério superior. No ano passado, no entanto, uma pequena mudança no plano de carreira dos professores federais, feita pelo governo, eliminou a exigência. Com isso, ficou permitido o ingresso na carreira de magistério

superior, por meio de concurso público, de qualquer portador de diploma de graduação, na qualidade de “professores auxiliares”.

Qualificação

A retomada da exigência de mestrado ou doutorado deve, na avaliação de Aloysio, recuperar o crescimento da qualificação profissional verificada na última década entre os

professores de ensino superior. Dados do Censo da Educação Superior de 2010, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), órgão vinculado ao Ministério da Educação, apontaram uma elevação da titulação dos professores universitários entre 2001 e 2010.

O título de doutorado foi o que mais aumentou: 123,1% em dez anos. Em seguida,

vieram o mestrado (99,6%) e a especialização (23,2%). O levantamento apontou também redução de 42,9% das funções docentes com apenas graduação. Na carreira pública, o número de docentes com doutorado subiu de 35,9% em 2001 para 49,9% em 2010. No caso do mestrado, apesar de menos significativo, também houve aumento: de 26,9% em 2001 para 28,9% em 2010.

Na Comissão de Educação, a proposta foi relatada por Ana Amélia (PP-RS), que deu parecer favorável, defendendo a busca de qualificação cada vez maior no ensino superior. Durante a apreciação do projeto, Ana Rita (PT-ES) tentou pedir mais tempo para debater a proposta, de acordo com orientação do ministro da Educação, Aloizio Mercadante, que poderia apresentar sugestões ao texto. No entanto, por ter sido feito fora do prazo, o pedido de vista da senadora foi negado.



Senador pede que a presidente apoie os projetos para a educação

Cristovam: discurso de Dilma é incoerente

Cristovam Buarque (PDT-DF) apontou divergências entre o discurso e a prática da presidente Dilma Rousseff, quando trata da educação. O senador destacou que Dilma, em pronunciamento de rádio e TV na noite de quarta-feira, falou várias vezes sobre a necessidade de cuidar da educação dos filhos dos trabalhadores e defendeu o uso de recursos de royalties do petróleo para a área.

— Isso tem que ser louvado e apoiado — disse.

No entanto, Cristovam afirmou que o governo atuou contra a aprovação de um projeto de autoria dele que inclui a participação dos pais em reuniões escolares como condição adicional para o recebimento de recursos do Bolsa Família. O projeto (PLS 449/2007) foi aprovado no Senado, mas não passou nas comissões da Câmara dos Deputados. Para ele, isso é desprezar uma parte substancial da educação.

O senador destacou que tem um projeto, junto com Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que trata da destinação de 100% dos royalties do petróleo para a educação (PLS 594/2011). Porém, disse Cristovam, ao analisar os projetos que o governo envia para o Congresso, é possível perceber que o será aprovado, na verdade, é “100% de um pedacinho” dos royalties, já que os recursos são fatiados e têm vários destinos. Ele voltou a defender a federalização da educação e a responsabilidade do governo federal no pagamento do piso salarial para professores. Ele disse que é preciso uma revolução, não apenas mais dinheiro.

Em aparte, Roberto Requião (PMDB-PR) propôs a realização de convênios entre os entes da Federação para uma melhor qualidade do ensino.



Para senador, investimento na área pode dar “salto de qualidade” ao país

Educação deveria ser prioridade, diz Mozarildo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que a educação deveria ser prioridade para o Brasil, o que não acontece, na opinião dele. No Plenário, o senador avaliou positivamente o pronunciamento nacional da presidente Dilma Rousseff no Dia do Trabalho, quando a governante defendeu a destinação dos recursos do pré-sal para as salas de aula.

— Sendo médico e professor, tenho a consciência de que saúde e educação são praticamente irmãs siamesas. Mas eu diria mais: a educação está na frente, pois sem ela é impossível a pessoa ter noções de higiene, avançar no seu trabalho e, portanto, em seu salário. Ter condições de propiciar uma vida mais condigna para a sua família — afirmou.

Ao argumentar que a capacitação é fundamental para os trabalhadores, Mozarildo disse que qualquer país só consegue avançar, só consegue um “salto de qualidade” se investir fortemente em educação.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) congratulou o colega, mas ponderou que a promessa do governo abarca apenas uma parte dos recursos do pré-sal, relacionados ao regime de concessão, ficando de fora os recursos regidos pelo critério da partilha.

Mozarildo respondeu que a presidente disse que enviaria a proposta ao Congresso Nacional e que os parlamentares teriam a oportunidade de aperfeiçoar a norma para aumentar os recursos a serem destinados à educação.



Requião quer que o nome de Honestino Guimarães apareça na identificação

Requião cobra correta identificação de museu

Roberto Requião (PMDB-PR) protestou contra o tratamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) ao pedido que fez para a instalação de uma placa com o nome completo do Museu Nacional Honestino Guimarães, em Brasília. Ele disse ter feito há um ano o pedido, no qual solicitava a inclusão, na placa que hoje diz apenas “Museu Nacional”, do nome do homenageado, ex-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e desaparecido no regime militar.

— O então presidente do instituto encarregou sei lá quem de responder o meu pedido, dizendo que o pleito de mudança de nome fora encaminhado ao setor competente para análise. Eu não propus mudança de nome. Eu pedi a correta identificação do museu — afirmou Requião, para quem “o uso indevido da palavra ‘mudança’ na resposta revelou-se um artifício dos burocratas do Iphan para não atender à singela providência” que solicitara.

Requião disse ter encaminhado correspondências à ex-ministra da Cultura Ana de Hollanda e à atual, Marta Suplicy, mas nenhuma providência foi tomada. Ontem, ele requereu à Mesa que enviasse seu pronunciamento à presidente da República, Dilma Rousseff, à ministra e ao Iphan.

Ele lembrou que seu objetivo inicial de homenagear a mãe do estudante, Maria Rosa, “não será mais possível”, já que ela faleceu em setembro, cinco meses após o pedido do senador.

— Por quanto tempo nosso governo vai colaborar para que Honestino continue desaparecido?

Presidindo a sessão, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que se empenharia para que o nome do homenageado não siga na clandestinidade.